

CADASTRO FUNDIÁRIO DE SALGADO DE SÃO FÉLIX (PB)

UMA ABORDAGEM DE GEOGRAFIA QUANTITATIVA*

Eduardo Pazera Jr.**

O presente trabalho pretende contribuir com dados para um projeto mais amplo (ora em execução), referente à agricultura e os ecossistemas do Nordeste brasileiro, conduzido pelo Instituto de Estudos Latinoamericanos da Universidade de Tsukuba (Japão). Nesse sentido, tivemos a ocasião de colaborar (na condição de representante do CNPq), com os Professores Isao Saito e Noritaka Yagasaki (da referida Universidade), em levantamentos de dados no campo, referentes às condições agrárias do município de Salgado de São Félix, em julho/agosto de 1984. Naquela oportunidade, chamou-nos a atenção a problemática do extremo parcelamento das propriedades rurais, bem como, os enormes contrastes entre as suas dimensões; é ainda bastante evidente o aspecto das tensões sociais no campo.

INTRODUÇÃO

Salgado de São Félix é um município de dimensões médias - para os padrões do Estado da Paraíba - com cerca de 179 km². Situa-se na porção Sudoeste do Estado. Pertence, na classificação do IBGE, à Microrregião Homogênea de nº 099 - "Agropastoril do Baixo Paraíba". Esta, por sua vez, enquadra-

se na Mesorregião 25 - "Agreste e Brejo Paraibano". O censo de 1980 registra uma população total de 12.690 habitantes, para a totalidade do município; a população rural seria de 10.117 habitantes (IBGE, 1981). Salgado de São Félix apresenta a peculiaridade de contar com uma porção de seu território rio na várzea do rio Paraíba (margem direita), em uma altitude média de 80 m acima do nível do mar. As altitudes vão aumentando na direção Sul (limites com o Estado de Pernambuco), até atingir os 600 m. Este fato favorece uma diversificação ecológica que repercute nas formas de uso do solo. Esquemáticamente, teríamos três "zonas" contrastantes: a Várzea, ocupada pela cana; a zona intermediária, que seria a "Catinga", dedicada à pecuária extensiva de corte; e a zona serrana - o "Brejo" - com agricultura de subsistência (mas também com a presença da cana e do algodão). Trata-se, portanto, de um município com um quadro ecológico bastante peculiar e que representa, sob certos aspectos, uma amostragem bastante significativa das paisagens paraibanas.

Com o objetivo precípuo de acrescentar mais elementos ao estudo dessa problemática agrária (além do interesse acadêmico), resolvemos explorar alguns dados quantitativos. Através desses dados pretendemos contribuir para a elucidação de algumas características da distribuição da terra de um modo que, se não for o mais objetivo, apresente, pelo menos coerência interna do ponto de vista formal. Assim, escolhemos para a nossa discussão, um rol dos 591 imóveis rurais do município. Trabalhamos com os mais recentes dados do INCRA (1984). Cumpre-nos esclarecer que o conceito de "imóvel rural" é empregado pelo INCRA na acepção jurídica, de acordo com o que preceitua o "ESTATUTO DA TERRA".

* Trabalho realizado para a disciplina "Quantificação em Geografia" (do curso de Pós-Graduação em Geografia - UNESP, Rio Claro), ministrada pela Profa. Dra. Lúcia Helena Gerardi, a quem agradecemos pelo estímulo e por algumas sugestões.

** Professor da Universidade Federal da Paraíba.

A primeira etapa do trabalho, de posse da lista mencionada, foi a de ordenar os dados. Estes foram dispostos pela ordem crescente das áreas dos imó

veis. Obtivemos, assim, a Tabela 1, que constituiu a base para o desenvolvimento posterior dos raciocínios que nortearam a elaboração do texto. Logo

TABELA 1
SALGADO DE SÃO FÉLIX (PB): ÁREA (EM HECTARES) E
NÚMERO DE IMÓVEIS RURAIS (1984)

Área	Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área	Nº
0,3	2	7,0	12	22,5	1	82,0	1
0,4	1	7,2	1	24,0	3	86,5	1
0,5	10	7,5	7	25,0	2	92,0	1
0,6	2	8,0	20	25,9	1	93,0	1
0,8	2	8,5	2	27,0	1	100,0	3
1,0	61	8,7	1	28,7	1	105,1	1
1,4	1	9,0	9	29,0	1	107,0	1
1,5	25	9,5	4	30,0	2	118,0	1
1,6	1	10,0	11	31,0	2	120,0	1
1,8	1	10,5	1	32,0	2	136,4	1
1,9	1	11,0	2	34,0	1	137,0	1
2,0	60	11,4	2	35,0	1	152,0	2
2,4	1	11,5	2	37,0	1	156,1	1
2,5	15	12,0	7	40,0	1	161,0	1
2,6	2	12,2	1	42,5	2	163,0	1
2,7	2	13,0	3	47,5	1	200,0	2
3,0	65	14,0	8	54,0	2	214,0	1
3,2	1	14,5	2	56,0	1	275,0	1
3,5	21	15,0	6	56,5	1	304,0	1
3,6	1	15,2	1	57,0	1	321,0	1
4,0	40	16,0	1	58,0	4	350,6	1
4,5	18	18,0	7	59,0	1	414,0	1
5,0	29	18,5	1	64,0	3	489,3	1
5,2	1	19,0	2	71,0	1	550,0	1
5,5	12	20,0	3	75,0	1	790,6	1
6,0	22	20,3	1	77,0	1	4.250,7	1
6,5	4	22,0	2	77,5	1	4.314,0	1

FONTE: INCRA, Cadastro Rural, 1984.

à primeira vista, chama-nos a atenção a grande variedade das dimensões dos imóveis. Apenas a título de ilustração, podemos notar a existência de 108 diferentes dimensões neste pequeno universo de apenas 591 imóveis. Nota-se, ainda, que ocorrem cerca de 59 dimensões diferentes, que não se repetem, para um único tipo de imóvel. Para facilitar a visualização desses dados em termos relativos, elaboramos uma tabela com os dados em números absolutos e

em porcentagens. Percebe-se o contraste gritante entre os extremos da tabela. Ocorre o fenômeno (por sinal, bastante comum no Brasil), através do qual um pequeno número de imóveis de grande porte controla um grande espaço; inversamente, um grande número de pequenos imóveis (mesmo reunidos), apresenta-se de modo praticamente inexpressivo em termos de superfície ocupada. Basta observar que os dois maiores imóveis da lista exercem um controle so

bre uma área equivalente a quase meta de da superfície total do conjunto dos imóveis. (44,77% dos 19.130,8 ha). Cabe salientar, outrossim, que estes dois referidos imóveis representam uma categoria bastante insólita no conjunto, ocorrendo um grande hiato em relação à categoria imediatamente anterior (de 4.250,7 para 790,6 ha), fato que não acontece, de modo tão saliente, com as outras categorias.

Para as etapas seguintes do trabalho empregamos conceitos, fórmulas e procedimentos de cálculo (salvo exceções, devidamente referenciadas entre parênteses), constantes do livro "Quantificação em Geografia" (Gerardi e Neñtwig, 1981).

DESCRIÇÃO ESTATÍSTICA

Diante de um universo de dados tão volumoso, torna-se necessário obter valores representativos do conjunto como um todo. Para que isto se realize com eficácia, devemos partir para a "descrição estatística" (Gerardi, 1984). Esta, geralmente, divide-se em dois grupos (que aplicaremos aos nossos dados): 1. medidas de posição ou de tendência central; 2. medidas de dispersão ou de variabilidade.

MEDIDAS DE POSIÇÃO (Ou de Tendência Central)

A mais popular dessas medidas é a MÉDIA (ou seja, a tradicional média aritmética). Aplicando-a aos dados de área e número de imóveis, o resultado foi 32.37022. Portanto, a área média dos imóveis rurais de Salgado de São Félix, seria 32,37 ha. É interessante notar que há cerca de 67 categorias dimensionais inferiores à média, totalizando 539 imóveis. A mediana situou-se entre o 54º e o 55º termo, equivalente a 22,54 ha.

Para a MODA, encontrada pela inspeção da Tabela 1, registramos o valor de 3,0 ha (valor que se repete com a maior frequência, ou seja, 65 vezes).

MEDIDAS DE DISPERSÃO (Ou de Variabilidade)

A diferença entre o menor e maior valor do conjunto vem a ser a AMPLITUDE, ou Amplitude Total de variação (ATV), cujo valor encontrado foi de 4.313,7 (diferença entre o maior imóvel, com uma área de 4.314 ha e o menor deles, com 0,3 ha). Para o DESVIO QUARTÍLICO, obtivemos os resultados compilados na Tabela 2. Pela sua observação podemos

TABELA 2

SALGADO DE SÃO FÉLIX (PE): IMÓVEIS RURAIS
DIVISÃO EM QUARTIS POR ÁREAS DOS IMÓVEIS

Quartis (Classes de Áreas)	Áreas dos Imóveis		Nº de Imóveis	
	Total	%	Total	%
0,3 — 6,5	1.175,0	6,142	401	67,852
7,0 — 22,0	1.340,9	7,009	119	20,135
22,5 — 77,5	1.780,6	9,308	40	6,768
82,0 — 4.314,0	14.834,3	77,541	31	5,245
Total	19.130,8	100,00	591	100,000

Fonte: INCRA, Cadastro Rural, 1984.

corroborar os elementos. Já mencionados anteriormente, referentes à grande disparidade entre os pequenos e os grandes imóveis. O último quartil — imóveis com áreas que vão dos 82 aos 4.314 hectares — controla mais de 77,5% da superfície total dos imóveis, embora represente apenas 5,2% do número total de imóveis (31 dos 591 imóveis).

Para indicar o quanto os valores desse conjunto de dados se dispersam

em relação a um valor médio, calculamos a VARIÂNCIA e o DESVIO PADRÃO. A variância foi de 64.810,045; o Desvio Padrão calculado, foi de 254,578; um valor tão elevado que não foi possível representá-lo em diagrama de dispersão, em virtude da escala do gráfico.

Transformando-se em percentual o resultado da divisão do Desvio Padrão pela média, obtivemos o COEFICIENTE DE VARIAÇÃO de 1.562,162% — grandeza que apenas corrobora o aspecto das dispari-

dades entre os valores centrais e o conjunto dos números.

MEDIDAS DE CONCENTRAÇÃO

Pela descrição estatística, tivemos a possibilidade de notar a enorme variabilidade da distribuição dos dados. A busca de valores representativos para o conjunto contribuiu para uma melhor compreensão do problema da representatividade de certos dados. A fim de que possamos ter um entendimento mais claro do problema da concentração fundiária (já evidenciado pelas análises anteriores), passaremos ao emprego das medidas de concentração. Dentre elas, as que mais interessam ao nosso caso, são: a Curva de Lorenz, e o coeficiente de Gini.

CURVA DE LORENZ

"(...) uma das maneiras mais lógicas de se analisar a concentração fundiária é através da "Curva de Lorenz", aplicada em larga escala, para a análise da distribuição da renda populacional." (Ceron e Diniz, 1970:55). Trata-se de um gráfico com base na plotagem de percentuais acumulados. Com a elaboração da curva referente aos nossos dados (Fig. 1), percebemos o gran-

distribuição equitativa", ou "linha de equidistribuição"). Quanto maior a proximidade da linha de equidistribuição em relação à curva real, mais bem distribuída seria a propriedade fundiária. Evidentemente, este fato não ocorre no município em pauta. Este gráfico, ademais, permite globalizar dados muito dispersos.

COEFICIENTE DE GINI

O coeficiente concebido na Itália por Corrado Gini, é uma medida de concentração cuja amplitude varia de 0 a 1. Quando temos uma distribuição uniforme, o índice é 0; inversamente, a máxima concentração possível equivale a 1. (Gerardi, 1984). O GINI que, obtivemos foi 0,8833; índice próximo da concentração absoluta. De acordo com Câmara (1949:517), os valores do coeficiente poderiam ser classificados nas seguintes concentrações: "nula" (de 0,000 a 0,100); "de nula a fraca" (de 0,100 a 0,250); "de fraca a média" (de 0,251 a 0,500); "de média a forte" (de 0,501 a 0,700); "de forte a muito forte" (de 0,701 a 0,900); "de muito forte a absoluto" (de 0,901 a 1.000). Assim, o regime fundiário de Salgado de São Félix estaria enquadrado na penúltima categoria aproximando-se já, bastante, da última.

CONCLUSÕES

A aplicação de processos quantitativos para interpretar o rol de imóveis de Salgado de São Félix, permitiu-nos obter dados mais objetivos (e nem por isso desapaixonados...) a respeito dos problemas da distribuição da terra. Fica confirmada a impressão - marcada na paisagem - referente ao enorme parcelamento do espaço rural. Os grandes contrastes também ficam evidenciados. Além disso, o que é muito mais significativo, fica patenteado o caráter da concentração de muita terra nas mãos de poucos.

É tão notória a situação de disparidades geradoras de conflitos, como no "caso Alagamar", que atingiu repercussão nacional, que o Poder Público desapropriou parte da área em conflito. Não obstante, essa medida foi simplesmente paliativa. Os dados estudados, que já são posteriores aos processos de intervenção governamental (de 1978 e 1980), continuam a apontar a gritante necessidade de uma melhor distribuição. Pela consulta de dados anteriores, por exemplo, o Cadastro de 1972 (INCRA, 1974:422), vemos a existência de 495 imóveis (contra os 591 atuais). Houve, portanto, uma fragmentação ainda maior. Apenas 2700 hectares dos 12

NÚMERO E ÁREA DOS IMÓVEIS RURAIS (1984)
DIAGRAMA DE DISPERSÃO

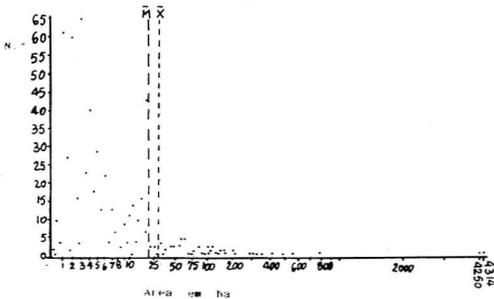


FIG. 1 - Distribuição da Terra no município de Salgado de São Félix (PB).

Fonte: INCRA, Cadastro Rural, 1984.

de afastamento da curva obtida com os dados (denominada "curva real"), em relação à reta diagonal que divide o gráfico em duas partes iguais ("linha de

tifúndios de Alagamar foram desapropriados (Gonçalves, 1982:7). Desnecessário lembrar que a quase totalidade das terras de Salgado de São Félix de veriam ser objeto da Reforma Agrária, caso fosse aplicado "ipsis litteris virgulisque" a legislação vigente, consubstanciada no "Estatuto da Terra"... Apenas a título de exemplo, basta lembrar que foram desapropriados cerca de 15% da área total de conflito de Alagamar (Cantalice, 1980:43).

Finalmente, mesmo sem entrar na problemática do caráter da apropriação da terra e das relações de trabalho e de produção (que fogem ao escopo desta apreciação perfunctória), pode-se ter uma fundamentação mais formal para uma das causas de tensão social no município: a má distribuição da terra. Em Salgado de São Félix, uns poucos desfrutam do privilégio anti-social de possuir áreas enormes, enquanto muitos não contam com o mínimo necessário para a sobrevivência.

REFERÊNCIAS

- CÂMARA, Lourival. *A Concentração da Propriedade Agrária no Brasil*. *Boletim Geográfico*, 7 (??): 516-528, 1949.
- CANTALICE, Dulce M. *Barbosa Alagamar... Penetração do Capitalismo no Campo. Um estudo de Caso*. *Cadernos do CEAS*, (65): 33-45, 1980.
- GERARDI, Lúcia Helena de Oliveira e SILVA, Barbara-Christine Nentwig. *Quantificação em Geografia*. São Paulo, DIFEL, 1981.
- GERARDI, Lúcia Helena de Oliveira. *Notas de aulas ministradas na disciplina "Quantificação em Geografia"*. UNESP (Curso de Pós-Graduação), Rio Claro, 1984.
- GONÇALVES, Maria Cândida R. *O PROAL COOL e os conflitos pela posse da terra no Estado da Paraíba*. UFPB, Mestrado em Ciências Sociais. *Textos de Debates* 1 (2), João Pessoa, 1982.
- IBGE, *Sinopse preliminar do Censo Demográfico: Paraíba*. Rio de Janeiro, 1981.
- INCRA, *Estatísticas Cadastrais*, Vol. I. Departamento de Cadastro e Tributação, Brasília, 1974.
- INCRA. *Cadastro Rural do Município de Salgado de São Félix*, 1984. (Manuscrito compilado por Regina Nogueira no escritório do INCRA de João Pessoa).